

Cadastro Positivo pode ser alterado pelo Senado

O governo vai trabalhar para, no Senado, promover duas modificações no projeto de lei que regulamenta a criação do Cadastro Positivo, criado para diferenciar o bom e o mau pagador aprovado pela Câmara. A informação é do secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Otávio Damaso.

Segundo ele, um dos pontos que o governo quer

alterar é a obrigatoriedade de envio de comunicação com Aviso de Recebimento (AR) quando um episódio de inadimplência for incluído em banco de dados de crédito. O outro é a inclusão de artigo que retira da alçada do projeto os bancos de dados públicos, como a Central de Risco de Crédito do BC.

No caso da exigência de AR, Damaso destaca que ela pode provocar um custo "ex-

cessivamente maior" do que se as empresas que administrarem os cadastros tiverem apenas que manter o registro do envio da comunicação por correio, que era a opção do governo.

A outra modificação que o governo quer introduzir determina que os bancos de dados do setor público serão regidos por legislação específica, porque precisam de tratamento diferenciado.